

DEL CAP PORTOS EM SAO FRANCISCO DO SUL

Termo de Referência 9/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	785342-DEL CAP PORTOS EM SAO FRANCISCO DO SUL	CLEMIR ILIBIO JUNIOR	08/06/2026 09:42 (v 0.10)
Status			
RASCUNHO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	3/2026	63187.000755/2026-31

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 63187.000755/2026-31)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria técnica de engenharia consultiva, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UF	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Fase 1 - Planejamento (Produtos Intelectuais): Elaboração de todos os documentos técnicos preparatórios necessários à instrução do processo licitatório para a contratação da obra física de reforma e substituição integral das coberturas (telhados) do complexo edificado da Ilha da Paz, compreendendo a Torre do Farol, as Antigas Residências dos Faroleiros, os Depósitos de Materiais e demais edificações de apoio, localizados no município de São Francisco do Sul, SC. Fase 2 - Prestação de apoio técnico especializado de engenharia durante a execução física da obra de reforma das coberturas, com realização de visitas	809	SVÇ	1	R\$ 23.415,00	R\$ 23.415,00

técnicas periódicas à Ilha da Paz, registros em Diário de Obra, emissão de Boletins de Medição e elaboração dos laudos necessários ao Recebimento Provisório e definitivo do objeto.				
--	--	--	--	--

1.2. Os serviços desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **18 meses** contados da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394502000144-0-000049/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 08/05/2025;
- III) Id do item no PCA: 538;
- IV) Classe/Grupo: 545;
- V) Identificador da Futura Contratação: 785342-3/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 Fase 1 — Documentos Preparatórios da Obra

A contratada deverá elaborar e entregar à DeISFSul, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da emissão da Ordem de Serviço, os seguintes produtos:

COD	ENTREGÁVEL	ART?	PRAZO
E-01	Laudo de Vistoria Técnica e Diagnóstico de Patologias Confrontação das plantas existentes com a situação real de campo; diagnóstico individualizado de cada Edificação; avaliação de telhas, caibros, terças, cumeeiras, calhas e beirais; registro fotográfico; mapeamento de patologias.	SIM	15 DIAS
E-02	Estudo Técnico Preliminar (ETP) da Obra Principal Justificativa da necessidade; soluções de engenharia por tipo de cobertura; definição de soluções padronizadas (2 águas, platibandas); viabilidade econômica; aderência às NBR 7190, 15575 e 10844.	SIM	25 DIAS
E-03	Projeto Básico / Termo de Referência da Obra Especificações técnicas para reforma integral das coberturas; quantitativos detalhados por edificação; materiais normatizados; critérios de aceitação e exigência de	SIM	35 DIAS

	ART do contratado da obra.		
E-04	Planilha Orçamentária Detalhada (SINAPI-SC) Composição analítica por serviço com base na tabela SINAPI-SC vigente; BDI de 25%; preços unitários e totais; valor global; planilha segregada por módulo/edificação e consolidada para o complexo.	SIM	35 DIAS
E-05	Cronograma Físico-Financeiro da Obra Etapas distribuídas por semanas /quinzenas; percentual de avanço físico e financeiro; estrutura de liberação de parcelas de pagamento à empreiteira.	NÃO	35 DIAS
E-06	Matriz de Riscos do Contrato da Obra Riscos identificados: acesso náutico, intempéries, variação de preços, acidentes em altura (NR-35), danos ao patrimônio histórico. Para cada risco: probabilidade, impacto, alocação e medida mitigadora.	NÃO	40 DIAS
E-07	Memorial Descritivo Método executivo de cada etapa: sequência de serviços, técnicas de fixação, cura de reboco, impermeabilização de platibanda e ensaio de estanqueidade das calhas.	SIM	40 DIAS
E-08	Subsídio Técnico à Minuta do Contrato da Obra Adaptação técnica das cláusulas obrigatórias do Art. 92 da Lei nº 14.133/2021 ao objeto: penalidades técnicas, obrigações da empreiteira, segurança do trabalho e gestão de resíduos (PGRCC).	NÃO	45 DIAS

3.1.1. Diretriz sobre ARTs — CREA-SC: O Responsável Técnico deverá emitir e custear, com valores já incluídos na proposta, no mínimo 3 (três) ARTs distintas:

- a) ART de Projeto/Especificação — vinculada a E-03 e E-07;
- b) ART de Orçamento — vinculada a E-04;
- c) ART de Fiscalização/Direção Técnico-Contratual — vinculada à Fase 2.

As ARTs dos subitens a) e b) são condição para o pagamento da Fase 1. A ART do subitem c) é condição para o início da Fase 2.

3.2. Fase Intermediária — Suporte durante o Certame Licitatório

Durante a tramitação do processo licitatório da obra, a contratada ficará à disposição exclusivamente sob demanda formal da OM para prestar esclarecimentos técnicos e responder impugnações. Esta fase não gera pagamento adicional — custos já incluídos no valor global da Fase 1.

3.3. Fase 2 — Apoio Técnico à Fiscalização

COD	SERVIÇO / ENTREGÁVEL	PERIODICIDADE
E-09	Visitas Técnicas Periódicas à Ilha da Paz Mínimo de 1 (uma) visita por quinzena durante a execução da obra, com relatório fotográfico entregue em até 48h.	Quinzenal
E-10	Registros no Diário de Obra A cada visita: efetivo, serviços executados, ocorrências, condições climáticas e recomendações técnicas.	A cada visita
E-11	Boletins de Medição (BM) Ao término de cada etapa do Cronograma Físico-Financeiro, atestando o avanço físico e o valor a liberar à empreiteira.	Por etapa
E-12	Relatório de Conformidade — Recebimento Provisório Após vistoria final, atesta a conformidade ou lista pendências a serem sanadas pela empreiteira.	Ao fim da Obra
E-13	Laudo Técnico — Recebimento Definitivo Após 90 dias de observação e nova vistoria, conclui pela conformidade com o Projeto Básico. Condição para encerramento do contrato.	Após 90 dias

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal

- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social registrado no órgão competente;
- Inscrição no CNPJ com situação ativa;
- Certidões negativas: CND Federal (RFB/PGFN), CND Estadual, CND Municipal, CRF/FGTS e CNDT/TST; e
- Certidão Negativa de Falência e Concordata (emitida há no máximo 90 dias).

4.1.2. 4.2 Qualificação Técnica

Requisito	Exigência	Base Legal
Registro CREA ou CAU	Registro regular e ativo no CREA ou CAU, com jurisdição em SC ou visto de outro estado.	Lei 5.194/66 Res. CONFEA 1.048/13
Responsável Técnico	Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista habilitado, integrante do quadro da empresa (sócio, empregado ou prestador comprovado).	Art. 67, III Lei 14.133/2021
Atestado da Empresa	Mínimo 1 atestado de pessoa jurídica pública ou privada comprovando elaboração de projeto ou orçamento SINAPI para obra de construção civil ou reforma.	Art. 67, I Súmula TCU 263
Atestado do RT	Mínimo 1 atestado ou CAT em nome do RT comprovando responsabilidade técnica em projeto ou fiscalização de obra de construção civil ou reforma.	Art. 67, II
Acesso marítimo	Declaração de ciência e disponibilidade para realização de vistorias in loco no Farol da Ilha da Paz, com acesso exclusivamente náutico.	ETP 2/2026

Sustentabilidade

4.1.3. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- **4.1.1.** A Contratada deverá priorizar a tramitação, análise, revisão e entrega de todas as peças técnicas, projetos, plantas e laudos em formato 100% digital (PDF/DWG), reduzindo ao mínimo indispensável a impressão física de documentos;
- **4.1.2.** A Contratada deverá, obrigatoriamente, fazer constar no Projeto Básico e no Memorial Descritivo as diretrizes ambientais legais a serem cobradas da futura empresa executora da obra, destacando a exigência de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil (PGRCC) com destinação final regular no continente e o uso de madeiras com Documento de Origem Florestal (DOF); e
- **4.1.3.** As equipes técnicas da Contratada deverão adotar conduta de impacto ecológico zero durante a realização das 9 (nove) vistorias obrigatórias programadas no Complexo da Ilha da Paz, sendo proibido o descarte de resíduos no mar ou na ilha, bem como a perturbação da fauna e flora locais.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação **não será admitida** a indicação de marca, característica ou modelo, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares, devendo a Contratada balizar a elaboração de seus estudos e planilhas orçamentárias (Fase 1) em especificações puramente genéricas e normatizadas pela tabela de referência oficial do SINAPI-SC.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:

- **4.3.1.** Não aplicável. Por se tratar de contratação de serviço comum de engenharia de natureza predominantemente intelectual e consultiva, não há fornecimento prévio de insumos ou materiais de marcas comerciais nesta etapa de assessoria; e
- **4.3.2.** Não aplicável.

Da exigência de amostra

4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.5. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

- **4.5.1.** Não aplicável. Por força da natureza imaterial e intelectual dos serviços de engenharia consultiva, cuja avaliação de capacidade técnica se dá por meio de Certidões de Acervo Técnico (CAT) do CREA/CAU, **fica dispensada a exigência de apresentação de amostras;**
- **4.5.2.** Não aplicável; e
- **4.5.3.** Não aplicável.

4.6. Não aplicável.

4.7. Não aplicável.

4.8. Não aplicável.

4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

- **4.9.1.** Itens: Não aplicável;
 - **4.9.2.** Itens: Não aplicável.
- 4.10. Não aplicável.
4.11. Não aplicável.
4.12. Não aplicável.
4.13. Não aplicável.
4.14. Não aplicável.

Da exigência de carta de solidariedade

4.15. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato: **Não aplicável**, tendo em vista que o objeto se restringe à prestação de serviços técnicos especializados de engenharia e não ao fornecimento de bens duráveis ou insumos industriais.

Subcontratação

4.16. **Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.** A contratação de assessoria técnica e suporte à fiscalização fundamenta-se na confiança e na capacidade técnica operacional e profissional específica e personalíssima da empresa de engenharia escolhida (intuito personae), sendo indispensável a execução direta para garantir o nexo de responsabilidade técnica individualizada perante o CREA/SC.

Garantia da contratação

4.24. **Não haverá exigência da garantia da contratação** dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

- **Justificativa do ETP:** O valor global estimado para a contratação da Assessoria de Engenharia é de pequeno vulto. Ademais, os pagamentos contratuais serão rigidamente faturados por adimplemento (após a efetiva entrega e homologação dos projetos na Fase 1, e mensalmente por medição técnica de vistorias na Fase 2), não gerando qualquer risco financeiro ou de desembolso antecipado por parte da Marinha do Brasil que justifique o ônus econômico de exigir garantias contratuais da contratada.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Elaboração dos produtos (Fase 1):	Nas instalações da contratada. Entrega à DeISFSul em formato digital (PDF assinado + editável DOCX/XLSX) e 2 vias físicas impressas e encadernadas.
Vistoria in loco (obrigatória):	Mínimo 1 vistoria presencial na Ilha da Paz, no prazo de até 10 dias corridos após a OS. O transporte náutico desta vistoria inicial será providenciado pela DeISFSul mediante agendamento com 5 dias úteis de antecedência.
Acervo técnico:	A DeISFSul fornecerá à contratada, na Reunião de Alinhamento Inicial, todas as plantas baixas, cortes e levantamentos arquitetônicos existentes (LV-ARQ-0606 e demais documentos disponíveis).
Reunião de Alinhamento:	No prazo de até 5 dias corridos após a OS, presencialmente ou por videoconferência.
Transporte — Fase 2:	O transporte náutico para as visitas periódicas da Fase 2 é de responsabilidade e custo da contratada, devendo estar embutido no preço da proposta.
Correções:	Prazo de 7 dias corridos para correção de documentos após solicitação formal da OM.

5.2 Cronograma de Execução — Fase 1

Marco	Evento entregável	Prazo (dias da OS)
M-01	Emissão da Ordem de Serviço (OS) pela DeISFSul	Dia 0
M-02	Reunião de Alinhamento Inicial e entrega do acervo técnico	Até dia 5
M-03	Vistoria técnica in loco na Ilha da Paz	Até dia 10
M-04	Entrega do Laudo de Vistoria (E-01)	Até dia 15
M-05	Entrega do ETP da Obra Principal (E-02)	Até dia 25
M-06	Entrega do Projeto Básico, Planilha SINAPI e Cronograma (E-03, E-04,E-05)	Até dia 35
M-07	Entrega da Matriz de Riscos e Memorial Descritivo (E-06, E-07)	Até dia 40
M-08	Entrega do Subsídio à Minuta do Contrato da Obra (E-08)	Até dia 45
M-09	Aceite formal dos produtos pela DeISFSul	Até dia 52
M-10	Pagamento da Parcela 1 (após aceite e ARTs quitadas)	Até dia 82

5.3. Comunicação de Atraso na Entrega de Entregável

Caso não seja possível a entrega de qualquer produto intelectual na data assinalada no Cronograma de Execução (Seção 5.2 deste TR), a contratada deverá comunicar formalmente ao Gestor do Contrato as razões do impedimento com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, para que o pleito de prorrogação de prazo seja devidamente analisado e, se cabível, autorizado pelo Ordenador de Despesas, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior devidamente comprovadas por documento idôneo.

5.4. Endereço e Forma de Entrega dos Produtos Intelectuais

Os entregáveis da Fase 1 deverão ser entregues nas seguintes condições:

5.4.1 Entrega digital: envio por e-mail institucional ao Gestor do Contrato (endereço a ser informado na Ordem de Serviço), em formato PDF com assinatura eletrônica do Responsável Técnico e em formato editável (DOCX / XLSX / DWG conforme o tipo de produto), até as 18h00 da data limite de cada marco.

5.4.2 Entrega física: 2 (duas) vias impressas, encadernadas em espiral e identificadas na capa com o nome do entregável, número do contrato e data, protocoladas na sede da DeISFSul:

Delegacia da Capitania dos Portos em São Francisco do Sul — DeISFSul Rua Dr. Lauro Müller, s/nº
— Centro São Francisco do Sul / SC — CEP 89.240-000 Ao cuidado do Gestor do Contrato — Ref.:
Contrato nº ____/2026

5.4.3. A entrega física das vias impressas deverá ocorrer em até 3 (três) dias úteis após o envio digital, não sendo considerado adimplemento a entrega exclusivamente física sem o correspondente envio digital.

5.4.4. Em substituição ao item sobre validade de produtos perecíveis previsto no modelo AGU — inaplicável a serviços intelectuais —, aplica-se a seguinte diretriz de atualidade técnica: os documentos entregues devem referenciar a versão mais recente das normas ABNT, da tabela SINAPI-SC e da legislação aplicável vigentes na data de entrega de cada produto. Caso, entre a elaboração e a entrega de um produto, ocorra atualização relevante da tabela SINAPI-SC ou de norma técnica citada, a contratada deverá atualizar o documento antes da entrega, sem custo adicional para a DeISFSul.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5 Garantia Legal

O prazo de garantia legal dos serviços intelectuais prestados é aquele estabelecido no Art. 20 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), aplicável aos contratos administrativos de prestação de serviços por força do Art. 89 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e técnica do Responsável Técnico perante o CREA-SC pelo prazo decorrente das ARTs emitidas.

5.6 Prazo de Garantia Contratual

O prazo de garantia contratual dos produtos intelectuais, complementar à garantia legal, será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do aceite formal do último entregável da Fase 1 (E-08), ou pelo prazo de vigência do contrato da obra principal subsidiada pelos documentos produzidos, o que for maior.

5.7 Correção sem Ônus

Durante o prazo de garantia, a contratada obriga-se a corrigir, complementar ou atualizar, sem qualquer ônus adicional para a DeISFSul, todos os vícios, erros, omissões ou inconsistências técnicas identificados nos documentos entregues, sejam decorrentes de falha na elaboração, de alteração superveniente da tabela SINAPI-SC ou de atualização de norma técnica que torne o documento desatualizado para os fins a que se destina.

5.8 Objeto da Garantia

A garantia será prestada com vistas a manter os produtos intelectuais entregues em plena conformidade técnica, legal e normativa, aptos a instruir regularmente o processo licitatório da obra e a subsidiar a fiscalização de sua execução, sem qualquer ônus ou custo adicional para a DeISFSul.

5.9 Responsável pela Correção

A garantia abrange a revisão, atualização e correção dos documentos pela própria contratada, por meio do mesmo Responsável Técnico (RT) que os elaborou ou, em caso de substituição previamente autorizada pela OM, por profissional de qualificação técnica equivalente ou superior.

5.10 Definição de Correção

Entende-se por correção dos produtos intelectuais, para fins desta garantia, toda intervenção destinada a sanar:

- a) erros de quantitativos, composições ou codificações SINAPI na Planilha Orçamentária (E-04);
- b) inconsistências entre entregáveis, como divergências entre o Projeto Básico e a Planilha Orçamentária;
- c) omissão de serviços identificados durante a execução da obra como necessários e previsíveis na fase de projeto;
- d) desatualização de referências normativas (ABNT, NR, CONAMA) ou de tabela SINAPI superveniente à entrega; e
- e) imprecisões que gerem questionamentos formais de licitantes, impugnações ao edital ou glosas pelo Tribunal de Contas da União.

5.11 Padrão das Revisões

As revisões e correções realizadas em cumprimento à garantia deverão utilizar exclusivamente referências técnicas, composições SINAPI e normas ABNT vigentes na data da correção, garantindo que o documento atualizado apresente padrão técnico igual ou superior ao originalmente entregue.

5.12 Prazo para Correção

Uma vez notificada formalmente pelo Gestor do Contrato, a contratada deverá entregar a versão corrigida do documento no prazo de até 10 (dez) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventuais visitas técnicas complementares à Ilha da Paz que a correção demande, cujos custos de deslocamento são de inteira responsabilidade da contratada.

5.13 Prorrogação do Prazo de Correção

O prazo indicado no item 5.12, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e devidamente justificada pela contratada, aceita formalmente pelo Gestor do Contrato.

5.14 Versão Provisória em Caso de Atraso

Na hipótese de a correção não ser entregue no prazo do item 5.12 e o processo licitatório da obra depender do documento corrigido para prosseguir, a contratada deverá disponibilizar, em caráter provisório e sem custo adicional, uma versão técnica parcial do item em correção — suficiente para não paralisar o certame —, a ser substituída pela versão definitiva assim que concluída.

5.15 Contratação de Terceiros por Inadimplência

Decorrido o prazo para correção sem atendimento da solicitação ou sem apresentação de justificativas aceitas pelo Contratante, fica a DelSFSul autorizada a contratar empresa ou profissional diverso para executar as correções necessárias, exigindo da contratada original o reembolso integral dos custos incorridos, sem que tal fato implique renúncia à garantia nem afaste a aplicação das sanções previstas na Seção 10 deste Termo de Referência.

5.16 Custos de Deslocamento na Garantia

Os custos de deslocamento — incluindo transporte náutico até a Ilha da Paz — necessários para a realização de visitas técnicas em decorrência de correções ou revisões de documentos durante o prazo de garantia são de inteira responsabilidade e custo da contratada, não gerando qualquer ônus adicional para a DelSFSul.

5.17 Autonomia do Prazo de Garantia

A garantia legal e contratual dos produtos intelectuais tem prazo de vigência próprio e desvinculado do prazo de vigência do instrumento contratual, nos termos do Art. 119 da Lei nº 14.133/2021, permitindo a aplicação de penalidades e a exigência de correções mesmo após a expiração formal do contrato, enquanto perdurar o prazo de garantia estabelecido no item 5.6.

Quadro Resumo - Prazos da Garantia e Correção

Situação	Prazo / Condição	Referência
Prazo de garantia contratual	24 meses após aceite do E-08, ou duração do contrato da obra — o que for maior	Item 5.6
Comunicação de atraso na entrega	Mínimo 5 dias úteis de antecedência	Item 5.3
Prazo para entrega física após digital	3 dias úteis	Item 5.4.3
Prazo para correção após notificação	10 dias úteis (prorrogável 1× por igual período)	Itens 5.12 e 5.13
Custo de deslocamento na garantia	Inteira responsabilidade da contratada	Item 5.16
Garantia após expiração do contrato	Vigente pelo prazo do item 5.6, independentemente do término contratual	Item 5.17

- 5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)[A4]
- OU
- 5.6. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, ____ (____) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.7. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante. [A5]
- 5.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.9. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.10. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.11.. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.12. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até XX (xxxxx) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.
- 5.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.14. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.15. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.16. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.17. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.[A6]

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.13 O Fiscal Administrativo do contrato verificará, durante toda a vigência do instrumento, a manutenção das condições de habilitação da contratada, com ênfase nos seguintes aspectos:

- **a)** regularidade do registro da empresa e do Responsável Técnico junto ao **CREA-SC ou CAU**, consultando o portal do Conselho a cada 90 (noventa) dias ou sempre que houver indício de irregularidade;
- **b)** validade das certidões de regularidade fiscal e trabalhista — **CND Federal (RFB/PGFN), CND Estadual, CND Municipal, CRF/FGTS e CNDT/TST** —, exigindo sua renovação antes do vencimento como condição para liquidação de cada parcela;
- **c)** apresentação das **ARTs** de Projeto/Especificação, Orçamento e Fiscalização junto ao CREA-SC com situação **quitada**, nas datas vinculadas aos respectivos pagamentos;
- **d)** conformidade administrativa dos entregáveis recebidos — completude das vias digitais e físicas, identificação correta e protocolo de entrega —, sem prejuízo da responsabilidade técnica pelo conteúdo, que recai exclusivamente sobre o Responsável Técnico da contratada por força das ARTs emitidas.

O Fiscal Administrativo também acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas e a formalização de eventuais apostilamentos e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, quando necessário.

6.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais — incluindo atraso na entrega de entregável, ausência de ART, não realização de visita técnica na Ilha da Paz no prazo previsto ou entrega de documento em desconformidade com o escopo do TR —, o Fiscal Administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, notificando formalmente a contratada por e-mail institucional com **aviso de recebimento** e registrando a ocorrência no processo. Quando o descumprimento ultrapassar a sua competência de resolução, reportará imediatamente ao Gestor do Contrato para que sejam tomadas as providências cabíveis, incluindo a instauração de procedimento sancionatório nos termos da Seção 10 deste TR.

6.15 Além do disposto acima, a fiscalização administrativa obedecerá às seguintes rotinas específicas:

6.15.1 Controle de entregas da Fase 1: A cada entregável recebido (E-01 a E-08), o Fiscal Administrativo preencherá o **Formulário de Recebimento de Entregável** (a ser anexado ao contrato), registrando: data do envio digital, data da entrega física, nome e número da versão do documento, situação da ART correspondente e prazo de aceite formal pela OM (máximo 7 dias corridos). O formulário preenchido será juntado ao processo antes da instrução da fatura para pagamento da Fase 1.

6.15.2 Controle da Fase 2 — Visitas e Boletins de Medição: A cada visita técnica realizada pela contratada na Ilha da Paz, o Fiscal Administrativo verificará: comprovante da viagem náutica, relatório de visita entregue dentro das 48 horas previstas no TR e, quando aplicável, Boletim de Medição (E-11) devidamente assinado pelo Responsável Técnico. O aceite formal de cada Boletim de Medição é condição para instrução da parcela de pagamento correspondente da Fase 2.

6.15.3 Verificação periódica de regularidade: A cada **90 (noventa) dias**, ou imediatamente antes de cada pagamento, o Fiscal Administrativo consultará, no mínimo, os seguintes sistemas: **SICAF**, portal do **CREA-SC**, **Certidão da RFB/PGFN**, **CRF/CEF** e **CNDT/TST**, juntando as certidões atualizadas ao processo. Constatada qualquer irregularidade, o pagamento da parcela vincenda ficará suspenso até a regularização pela contratada, sem prejuízo da notificação ao Gestor para análise das medidas cabíveis.

6.16 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas nos documentos produzidos, vícios nos projetos ou especificações elaborados, emprego de referências normativas ou composições SINAPI inadequadas ou desatualizadas. A ocorrência de qualquer dessas situações não implica corresponsabilidade da DelSFSul ou de seus agentes, Gestor e Fiscal Administrativo, de conformidade com o **Art. 120 da Lei nº 14.133 /2021** — a responsabilidade técnica pelo conteúdo dos entregáveis permanece integralmente vinculada ao Responsável Técnico da contratada por força das ARTs emitidas junto ao CREA-SC.

Nota de aplicação: O item 6.15.1 (Formulário de Recebimento de Entregável) deve ser elaborado como anexo ao contrato antes de sua assinatura. Um modelo simples com os campos: número do entregável, descrição, data de envio digital, data de entrega física, situação da ART, observações e assinatura do Fiscal Administrativo atende plenamente à exigência.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato (alínea "a"), sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave — em especial nos casos de primeiro atraso na entrega de entregável, devidamente comunicado com antecedência mínima de 5 dias úteis, conforme item 5.3 deste TR.

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal pelo prazo de até 2 (dois) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d", sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h", bem como nas alíneas "b", "c" e "d" que justifiquem a imposição de penalidade mais grave — incluindo a entrega deliberada de Planilha Orçamentária com sobrepreço, a falsificação de ART ou o abandono da assessoria durante a execução física da obra principal.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1 Moratória, para a infração descrita na alínea "d" (retardamento injustificado na entrega de entregável), de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela diretamente vinculada ao entregável inadimplido, até o limite de 30 (trinta) dias. Ultrapassado esse limite, a multa moratória será convertida em multa compensatória nos termos do item 7.2.4.6.

7.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição de garantia contratual, caso exigida pelo Ordenador de Despesas nos termos do Art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme o inciso I do Art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" (fraude, falsidade documental, falsificação de ART, adulteração de composições SINAPI ou declaração falsa sobre capacidade técnica), de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total da contratação.

7.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" — incluindo o abandono da assessoria durante a Fase 2, com a obra principal em execução —, de 20% (vinte por cento) do valor total da contratação.

7.2.4.5 Compensatória, para a inexecução parcial grave descrita na alínea "b" — assim caracterizada quando o inadimplemento comprometa o calendário licitatório da obra principal ou cause dano ao patrimônio histórico da Ilha da Paz —, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor total da contratação.

7.2.4.6 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração da alínea "d", quando o atraso superar 30 (trinta) dias corridos, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor total da contratação, sem prejuízo da multa moratória já acumulada até o 30º dia.

7.2.4.7 Compensatória, para as hipóteses de inexecução parcial da alínea "a" não enquadradas nos itens anteriores, de 2% (dois por cento) a 8% (oito por cento) do valor total da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea, que justificam percentual específico:

7.2.4.7.1 Não realização da vistoria técnica obrigatória na Ilha da Paz no prazo de 10 dias corridos após a OS (item 5.4 do TR): multa de 3% (três por cento) do valor total do contrato, por ocorrência;

7.2.4.7.2 Entrega da Planilha Orçamentária (E-04) sem utilização da tabela SINAPI-SC vigente ou com omissão de código SINAPI nos itens compostos: multa de 5% (cinco por cento) do valor da Parcela 1, por ocorrência, sem prejuízo da obrigação de correção no prazo de 10 dias úteis (item 5.12 do TR);

7.2.4.7.3 Não apresentação de ART exigida (Projeto, Orçamento ou Fiscalização) no prazo vinculado ao respectivo pagamento: multa de 2% (dois por cento) do valor da parcela correspondente por semana de atraso, cumulada com a suspensão do pagamento até a regularização;

7.2.4.7.4 Deixar de realizar visita técnica de acompanhamento na Ilha da Paz na frequência quinzenal exigida na Fase 2, sem comunicação prévia e sem justificativa aceita pelo Gestor: multa de 1% (um por cento) do valor total do contrato por visita não realizada;

7.2.4.7.5 Não entrega de relatório de visita técnica no prazo de 48 horas previsto no item 3.3 do TR: multa de 0,5% (meio por cento) do valor total do contrato por ocorrência;

7.2.4.7.6 Substituição do Responsável Técnico (RT) sem prévia autorização formal da DelSFSul: multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo da obrigação de regularização imediata.

7.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, incluindo os prejuízos decorrentes de eventual atraso, paralisação ou nulidade do processo licitatório da obra principal ocasionados por vício nos documentos produzidos pela assessoria.

7.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

7.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada — se houver — ou será cobrada judicialmente, inscrita em Dívida Ativa da União.

7.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Autoridade Competente (Delegado da Capitania dos Portos em São Francisco do Sul), por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU) ou outro instrumento definido pela Administração.

7.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando o procedimento previsto no Art. 158 e parágrafos da Lei nº 14.133/2021.

7.8.1 As notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial e os cadastrados pela empresa no SICAF, sendo considerados de uso contínuo da empresa.

7.8.2 Não caberá alegação de desconhecimento das comunicações comprovadamente enviadas aos endereços indicados.

7.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida — em especial se o vício no documento produzido causou paralisação do certame da obra ou impugnação procedente por licitante;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto — notadamente as condicionantes de acesso náutico exclusivo à Ilha da Paz e as restrições climáticas características do litoral norte de Santa Catarina;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes — considerando-se circunstância atenuante a comunicação prévia de dificuldade no prazo do item 5.3 do TR e agravante a reincidência na mesma infração;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante — inclusive os danos indiretos à Segurança da Navegação decorrentes de eventual paralisação do funcionamento do Farol Ilha da Paz por deterioração agravada das coberturas; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos naquela Lei.

7.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste TR — incluindo a constituição de nova pessoa jurídica para escapar de penalidade aplicada — ou para provocar confusão patrimonial. Nesse caso, todos os efeitos das sanções serão estendidos aos administradores, sócios com poderes de administração e empresas coligadas ou sucessoras, observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12 A DeISFSul deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas no CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) e no CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas).

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação de ressarcimento dos prejuízos causados e cumprimento das demais condições legais.

7.14 Os débitos do Contratado para com a DeISFSul, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com a mesma OM, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Nota sobre os percentuais adotados: Os valores foram calibrados para um contrato de R\$ 23.415,00, observando proporcionalidade e razoabilidade. A multa moratória de 0,5%/dia sobre a parcela inadimplida (item 7.2.4.1) é compatível com a jurisprudência do TCU para contratos de serviços intelectuais de baixo valor. O teto de 20% para inexecução total equivale a R\$ 4.200,00 — valor suficientemente dissuasório sem ser confiscatório. Os itens 7.2.4.7.1 a 7.2.4.7.6 preenchem o campo [A3] do modelo AGU com as hipóteses específicas de inadimplemento mais prováveis nesta contratação.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1 Os produtos intelectuais serão recebidos **provisoriamente** pelo Fiscal Administrativo do contrato no ato da entrega digital — mediante confirmação de recebimento por e-mail institucional — e da entrega física protocolada na sede da DelSFSul, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações deste TR e com a proposta comercial. O recebimento provisório será registrado no **Formulário de Recebimento de Entregável** (Anexo ao contrato), com indicação da data, do entregável recebido e da situação da ART correspondente.

8.2 Os produtos intelectuais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório formal, quando estiverem em desacordo com as especificações deste TR — incluindo incompletude de escopo, ausência de ART exigida, utilização de composições SINAPI desatualizadas ou formato de entrega diverso do previsto. Nessa hipótese, a contratada será notificada formalmente e deverá entregar a versão corrigida no prazo de **10 (dez) dias úteis**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Seção 7 deste TR e da suspensão do prazo para pagamento da parcela correspondente.

8.3 O recebimento definitivo de cada entregável ocorrerá no prazo de **7 (sete) dias úteis** contados do recebimento provisório, após a verificação de conformidade formal pelo Fiscal Administrativo — completude, formato, ARTs e atendimento ao escopo mínimo definido na Seção 3 — e mediante emissão de **Termo de Aceite** assinado pelo Gestor do Contrato. Para os entregáveis da Fase 2 (E-09 a E-13), o recebimento definitivo do objeto do contrato como um todo ocorrerá após o aceite do Laudo Técnico Conclusivo (E-13), nos termos do Art. 140, II, da Lei nº 14.133/2021.

8.4 Por se tratar de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapassa o limite do Art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo de cada entregável será de até **5 (cinco) dias úteis**, nos termos do Art. 140, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

8.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada pelo Gestor do Contrato, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais — em especial nos casos em que a verificação do conteúdo técnico demandar consulta especializada externa, nos termos do Art. 117, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

8.6 Em caso de controvérsia sobre a execução do objeto — quanto à dimensão do escopo atendido, à qualidade técnica dos documentos ou à completude de determinado entregável —, será observado o Art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à contratada para emissão de Nota Fiscal quanto à **parcela incontroversa** da execução, para efeito de liquidação e pagamento parcial, sem prejuízo da continuidade da análise da parte controvertida.

8.7 O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências nos entregáveis ou de saneamento da Nota Fiscal verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa não será computado para fins do recebimento definitivo, tampouco para o prazo de pagamento previsto no item 8.20.

8.8 O recebimento provisório ou definitivo dos produtos intelectuais não excluirá a responsabilidade técnica e civil da contratada pela precisão, completude e conformidade normativa dos documentos produzidos, inclusive perante terceiros, nem a responsabilidade ético-profissional do Responsável Técnico vinculada às ARTs emitidas junto ao CREA-SC, nos termos da Lei nº 5.194/1966.

8.9 Os produtos entregues devem estar prontos para uso imediato pela DelSFSul — aptos a instruir o processo licitatório da obra e a subsidiar a fiscalização de sua execução —, sem necessidade de qualquer complementação por parte da Administração para que alcancem sua finalidade. A entrega de documento incompleto ou dependente de informações adicionais da OM para ser utilizável não configura adimplemento para fins de recebimento provisório.

Liquidação

8.10 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação da despesa, prorrogáveis por igual período, nos termos do Art. 7º, §3º, da IN SEGES/ME nº 77/2022.

8.11 O prazo previsto no item 8.10 será reduzido para **5 (cinco) dias úteis** — mantendo-se a possibilidade de prorrogação por igual período —, por se tratar de contratação cujo valor não ultrapassa o limite do Art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.12 Para fins de liquidação, o Fiscal Administrativo verificará se a Nota Fiscal apresentada expressa os seguintes elementos essenciais:

8.12.1 prazo de validade da Nota Fiscal;

8.12.2 data de emissão;

8.12.3 dados do contrato (número) e da DelSFSul — UASG 785342 — CNPJ 00.394.502/0187-87;

8.12.4 identificação do entregável ou fase a que se refere e o período de execução correspondente; **8.12.5** valor a pagar, discriminado por parcela conforme a estrutura de pagamento da Seção 7 do TR; **8.12.6** destaque das retenções tributárias cabíveis (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ISS municipal), quando aplicáveis.

8.13 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa — incluindo ausência de ART quitada exigida como condição de pagamento —, a liquidação ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização, sem ônus ao Contratante.

8.14 A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação de regularidade fiscal da contratada, constatada por meio de consulta on-line ao **SICAF** ou, na impossibilidade de acesso, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação do Art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.15 A DelSFSul realizará consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas, incluindo a regularidade do registro da empresa e do RT no CREA-SC; **8.15.2** identificar possível razão que impeça a contratação, tais como proibição de contratar com a Administração Pública ou ocorrências impeditivas indiretas.

8.16 Constatada irregularidade junto ao SICAF, a contratada será notificada por escrito para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou apresente defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a DelSFSul comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal a inadimplência da contratada, bem como a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes.

8.18 Persistindo a irregularidade, a DelSFSul adotará as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.19 Havendo a efetiva execução do objeto — entregáveis aceitos formalmente —, os pagamentos das parcelas não controvertidas serão realizados normalmente até que se decida pela rescisão, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de Pagamento

8.20 O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da IN SEGES/ME nº 77/2022, observada a estrutura de parcelas definida na Seção 7 deste TR:

Parcela	Condição de Pagamento	Valor
Parcela 1 — Fase 1	Aceite formal de E-01 a E-08 + ARTs (i) e (ii) quitadas	R\$ 12.878,25
Parcela 2 — Fase 2	Boletim de Medição (E-11) aceito pelo Gestor	R\$ 8.195,25
Parcela Final — Receb. Definitivo	Aceite do E-13 + ART (III) quitada	R\$ 2.341,50

8.21 No caso de atraso no pagamento por culpa do Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo / IBGE)** acumulado no período.

Forma de Pagamento

8.22 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada em sua proposta comercial.

8.23 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

8.24 Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.

8.25 Serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente para: **IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, COFINS** (nos termos da IN RFB nº 1.234/2012) e **ISS Municipal** (conforme legislação do Município de São Francisco do Sul), independentemente dos percentuais eventualmente inseridos na proposta comercial.

8.26 A contratada regularmente optante pelo **Simples Nacional** (Lei Complementar nº 123/2006) não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, condicionado à apresentação de documento oficial comprobatório do enquadramento, a ser juntado ao processo a cada parcela paga.

Antecipação de Pagamento

8.27 a 8.37 — SUPRIMIDOS. A presente contratação **não admite antecipação de pagamento**. O objeto contratual é estruturado em entregas sucessivas de produtos intelectuais com pagamento vinculado ao aceite formal de cada fase, não havendo insumos ou mobilização de grande porte que justifiquem desembolso antecipado. Todos os custos de deslocamento, ARTs, vistorias e elaboração dos documentos são de responsabilidade integral da contratada e devem estar embutidos no preço global da proposta, nos termos do Art. 145 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.246 /2022.

Cessão de Crédito

8.38 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação formal da DelSFSul, mediante análise pelo Gestor do Contrato e autorização do Ordenador de Despesas.

8.38.1 A eficácia da cessão de crédito em relação à Administração está condicionada à celebração de **termo aditivo** ao contrato administrativo.

8.38.2 Sem prejuízo do cumprimento de todas as condições de habilitação pela contratada cedente, a celebração do aditamento e os pagamentos ao cessionário condicionam-se à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário e à

certificação de que este não está impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme o Parecer JL-01/2020 da AGU.

8.38.3 O crédito cedido é exatamente aquele que seria destinado à contratada pela execução do objeto, permanecendo íntegras todas as defesas, exceções ao pagamento, possibilidade de desconto de multas e glosas e demais cláusulas exorbitantes do regime jurídico de direito público.

8.38.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob integral responsabilidade da contratada cedente, especialmente quanto às ARTs emitidas e à responsabilidade técnica pelo conteúdo dos documentos produzidos.

8.39 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito regidas pela IN SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025.

Reajuste

8.40 Os preços inicialmente contratados são **fixos e irrealizáveis** no prazo de **12 (doze) meses** contados da data do orçamento estimado: **02/06/2026**.

8.41 Após o interregno de 12 meses, e independentemente de pedido da contratada, os preços serão reajustados pelo Contratante mediante aplicação do **IPCA — Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IBGE)**, exclusivamente sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, em especial as parcelas da Fase 2 que ultrapassem o primeiro ano de vigência contratual.

8.42 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste aplicado.

8.43 No caso de atraso ou não divulgação do IPCA, a DeSFSul pagará à contratada o valor calculado pela última variação conhecida, liquidando a diferença tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.44 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente o definitivo, vedada a utilização de índice provisório ou estimado.

8.45 Caso o IPCA venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice determinado pela legislação então em vigor.

8.46 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial por meio de **termo aditivo**.

8.47 O reajuste será formalizado por **apostilamento**, dispensando a celebração de termo aditivo quando se limitar à atualização de preços pelo índice pactuado, nos termos do Art. 136, I, da Lei nº 14.133/2021.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1 Forma de Seleção e Critério de Julgamento

O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta, com fundamento no Art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: trata-se de serviço comum de engenharia (Art. 6º, inciso XXI), cujo valor total estimado é de R\$ 23.415,00 (vinte e três mil quatrocentos e quinze), inferior ao limite legal de R\$ 100.000,00 estabelecido para obras e serviços de engenharia. A contratação direta será formalizada mediante publicação de aviso de dispensa no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), com prazo mínimo de 3 (três) dias úteis para recebimento de propostas, nos termos do Art. 75, §3º, da Lei nº 14.133/2021. 9.2 O critério de julgamento adotado é o de menor preço global, nos termos do Art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

9.3 Forma de Fornecimento

O fornecimento do objeto será integral, por meio de contrato único estruturado em duas fases sucessivas: Fase 1 —

elaboração dos documentos preparatórios da obra (Entregáveis E-01 a E-08), e Fase 2 — apoio técnico à fiscalização durante a execução física da reforma das coberturas do complexo da Ilha da Paz (Entregáveis E-09 a E-13), conforme detalhado na Seção 3 deste TR. O pagamento será realizado em parcelas vinculadas ao adimplemento de cada fase, nos termos da Seção 7.

9.4 Critérios de Aceitabilidade de Preços

Serão desclassificadas as propostas cujo valor global seja superior a R\$ 23.415,00 (vinte e três mil quatrocentos e quinze) — valor máximo estimado apurado em pesquisa de mercado —, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, assim consideradas as propostas com valor global inferior a 50% (cinquenta por cento) da média aritmética das propostas recebidas, salvo comprovação de exequibilidade pela interessada.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.5 Para fins de habilitação na presente dispensa de licitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.6. Habilitação Jurídica

Pessoa física (engenheiro ou arquiteto autônomo): cédula de identidade (RG) ou documento equivalente com validade nacional, acompanhada de CPF ativo.

9.7 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.8 Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), com autenticidade verificada em <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

9.9 Sociedade empresária, SLU ou EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.10 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.11 Ato de autorização para o exercício da atividade de engenharia consultiva: certidão de registro da empresa ou do profissional autônomo no CREA — Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou no CAU — Conselho de Arquitetura e Urbanismo, com situação regular e ativa na data de apresentação da proposta, expedida nos termos da Lei nº 5.194/1966 e da Lei nº 12.378/2010, respectivamente.

9.12 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.13. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

Prova de inscrição no CNPJ (pessoa jurídica) ou no CPF (profissional autônomo pessoa física), com situação ativa.

9.14 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante Certidão Negativa de Débitos (CND) expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive os relativos à Seguridade

Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014.

9.15 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), expedido pela Caixa Econômica Federal.

9.16 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do Título VII-A da CLT.

9.17 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do interessado, relativa à atividade de prestação de serviços de engenharia consultiva.

9.18 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado, compatível com o objeto contratual.

9.19 Caso o interessado seja isento de tributos relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda competente ou documento equivalente na forma da lei.

9.20 O interessado enquadrado como MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, desde que apresente comprovação do enquadramento no regime.

9.21. Qualificação Econômico-Financeira

Certidão Negativa de Falência e Concordata (ou de Insolvência Civil, no caso de pessoa física), expedida pelo distribuidor da sede do interessado, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data de apresentação da proposta.

9.22 Em razão do baixo valor da contratação (R\$ 23.415,00) e da natureza intelectual do objeto — que não envolve mobilização de equipamentos, estoque de materiais ou capital de giro relevante —, fica dispensada a apresentação

de balanço patrimonial, demonstrações contábeis e comprovação de índices de liquidez, em observância ao princípio da proporcionalidade previsto no Art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

9.23. Qualificação Técnica

Registro no CREA ou CAU: certidão de registro da empresa ou do profissional autônomo no CREA — Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou no CAU — Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em plena validade, com jurisdição no estado de Santa Catarina ou visto de outro estado, nos termos da Lei nº 5.194/1966.

9.23.1 O Responsável Técnico (RT) indicado pela empresa deverá ter registro individual ativo no CREA ou CAU, com especialidade compatível com engenharia civil ou arquitetura e urbanismo, comprovado mediante certidão de registro do profissional.

9.23.2 A empresa deverá comprovar o vínculo do RT com seu quadro permanente, por meio de um dos seguintes documentos: ficha de registro de empregado (CTPS ou e-Social), contrato de prestação de serviços vigente, ou ato societário que comprove a condição de sócio.

9.24 Atestado de Capacidade Técnica da Empresa: no mínimo 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa (ou do profissional autônomo), comprovando a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto, com as seguintes características mínimas:

9.24.1 Elaboração de projeto básico, memorial descritivo ou planilha orçamentária com base na tabela SINAPI ou equivalente para obra de construção civil, reforma ou manutenção de edificação com área mínima de 50 m²;

9.24.2 Prestação do serviço mediante emissão de ART registrada junto ao CREA ou RRT registrada junto ao CAU, vinculada ao projeto, orçamento ou fiscalização objeto do atestado;

9.24.3 Execução de pelo menos uma das seguintes atividades: elaboração de ETP ou estudo de viabilidade técnica de obra; elaboração de Matriz de Riscos ou Memorial Descritivo de obra civil; ou prestação de serviços de fiscalização técnica durante a execução de obra de reforma ou construção.

9.24.4 Serão admitidos, para fins de comprovação, o somatório de atestados distintos relativos a contratos executados de forma concomitante, desde que, em conjunto, atendam às características mínimas dos itens 9.24.1 a 9.24.3.

9.24.5 Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do interessado.

9.24.6 O interessado disponibilizará, quando solicitado pela DelSFSul, cópia do contrato que deu suporte à contratação referenciada no atestado, endereço do contratante e demais informações necessárias à verificação de sua legitimidade.

9.25 Atestado de Capacidade Técnica do Responsável Técnico (RT): no mínimo 1 (um) atestado ou CAT (Certidão de Acervo Técnico) em nome do RT indicado, expedido pelo CREA ou CAU, comprovando responsabilidade técnica anterior pela elaboração de projeto ou pela fiscalização de obra de construção civil ou reforma de edificação.

9.26 Declaração de disponibilidade para acesso marítimo: declaração firmada pelo representante legal do interessado, atestando ciência das condições de acesso exclusivamente náutico ao Farol Ilha da Paz e disponibilidade para a realização de vistorias técnicas in loco, nos termos exigidos na Seção 4 deste TR.

9.27 Declaração de suporte a impugnações: declaração firmada pelo representante legal do interessado, atestando capacidade para fornecer suporte técnico em resposta a eventuais questionamentos ou impugnações de licitantes durante a fase de seleção do fornecedor da obra principal subsidiada pelos documentos produzidos.

9.28 Os documentos de qualificação técnica listados nesta seção são exigidos em razão da natureza especializada do objeto — assessoria de engenharia com emissão de ART em ambiente insular de acesso restrito — e guardam proporcionalidade com o valor e a complexidade da contratação, nos termos do Art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e da Súmula nº 263 do TCU.

9.29. Disposições Gerais sobre Habilitação

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.30 Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for a filial, em nome da filial — exceto atestados de capacidade técnica e documentos que, pela própria natureza, sejam emitidos somente em nome da matriz.

9.31 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.32 Os documentos exigidos para habilitação que não possuam prazo de validade expresso serão considerados válidos por 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão, salvo disposição legal em contrário.

9.33 A verificação da regularidade dos documentos de habilitação poderá ser realizada, a critério da DelSFSul, por meio de consulta on-line ao SICAF, ao portal do CREA-SC ou do CAU e aos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos emissores, dispensando-se a apresentação física das certidões neles disponíveis em tempo real, nos termos do Art. 70 da Lei nº 14.133/2021.

Quadro-Resumo — Documentos de Habilitação Exigidos

Categoria	Documentos	Item
Habilitação Jurídica	RG/CPF ou CNPJ ativo; ato constitutivo/contrato social registrado; certidão CREA ou CAU ativa	9.6 a 9.12
Regularidade Fiscal e Trabalhista	CND Federal (RFB/PGFN); CRF/FGTS; CNDT/TST; CND Estadual; CND Municipal	9.13 a 9.20
Qualificação Econômico-Financeira	Certidão negativa de falência (emitida há no máximo 90 dias)	9.21
Qualificação Técnica	Certidão CREA/CAU da empresa; comprovação de vínculo do RT; atestado da empresa (reforma 350m²); CAT /atestado do RT; declaração de acesso marítimo; declaração de suporte a impugnações	9.23 a 9.27

Extrato do Termo de Referência — DelSFSul — UASG 785342 — Contratação de Assessoria de Engenharia Consultiva — ETP 2/2026 — Lei nº 14.133/2021. Adaptado do modelo AGU (IN SEGES/ME nº 58/2022). Documento OSTENSIVO.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação, que corresponde ao **valor máximo aceitável**, é de **R\$ 23.415,00 (vinte e três mil quatrocentos e quinze reais)**, apurado mediante pesquisa de preços realizada junto ao mercado local de São Francisco do Sul e Joinville/SC, em conformidade com o Art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a IN SEGES/ME nº 65/2021, conforme documentação juntada ao processo administrativo nº _____/2026-DelSFSul.

A composição do custo estimado por fase é a seguinte:

Fase	Descrição	Valor Estimado	%
Fase 1	Elaboração dos documentos preparatórios da obra (Entregáveis E-01 a E-08)	R\$ 12.878,25	55%
Fase 2	Apoio técnico à fiscalização durante a execução da obra (Entregáveis E-09 a E-13)	R\$ 8.195,25	35%
Parcela Final	Laudo Técnico Conclusivo e Recebimento Definitivo (E-13)	R\$ 2.341,50	10%
Total		R\$ 23.415,00	100%

10.2. A estimativa de custo levou em consideração os riscos envolvidos na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, em especial as condicionantes de acesso náutico exclusivo à Ilha da Paz, a sazonalidade climática do litoral norte de Santa Catarina e a necessidade de emissão de múltiplas ARTs pelo Responsável Técnico. A alocação de riscos entre as partes está especificada na **Matriz de Riscos** constante do Contrato, a ser elaborada pela assessoria contratada como Entregável E-06 para o contrato da obra principal, e nas cláusulas da Seção 7 deste TR para o presente contrato de assessoria.

10.3 O valor estimado de R\$ 23.415,00 é inferior ao limite de **R\$ 100.000,00** estabelecido no Art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 para obras e serviços de engenharia, o que autoriza a contratação direta mediante dispensa de licitação, com publicação obrigatória do aviso no PNCP e prazo mínimo de 3 (três) dias úteis para recebimento de propostas, nos termos do Art. 75, §3º, da mesma Lei.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Gestão/unidade: 00001/785342;
 - II) Fonte de recursos: 1000000000;
 - III) Programa de trabalho: 268616;
 - IV) Elemento de despesa: 339039; e
 - V) Plano interno: L475DVNZIKO.
- 11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 10.086/2019 e nas normas complementares do SISG.
- 12.1.2. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Joinville/SC, Seção Judiciária de Santa Catarina - Subseção Judiciária de Joinville/SC para dirimir os litígios, com renúncia a qualquer outro.
- 12.1.3. O contrato deverá ser publicado no PNCP em até 20 dias úteis de sua assinatura — Art. 94 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.1.4. Esta contratação está alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA) da DelSFSul para 2026 e à missão institucional de Segurança da Navegação e Salvaguarda da Vida Humana no Mar.

13. ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Modelo em anexo a este TR

14. ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Modelo em anexo a este TR

15. ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

Modelo em anexo a este TR

16. ANEXO IV

PLANILHA DE CUSTOS

Modelo em anexo a este TR

17. ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA RESTRIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA FUTURA LICITAÇÃO DA OBRA

Modelo em anexo a este TR

18. ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE PARA ACESSO MARÍTIMO AO FAROL ILHA DA PAZ

19. ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE PARA SUPORTE A QUESTIONAMENTOS E IMPUGNAÇÕES DE LICITANTES

Modelo em anexo a este TR

20. ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME-EPP

Modelo em anexo a este TR

21. ANEXO IX

FORMULÁRIO DE RECEBIMENTO DE ENTREGÁVEL

Modelo em anexo a este TR

22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LEONARDO BYKOW
Autoridade competente

ELVES PRESLEY DE LIMA MIGUEL
Equipe de apoio

CLEMIR ILIBIO JUNIOR
Responsável pela contratação direta